

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

Aline de Cássia Morais Silva

**PERCEPÇÕES SOBRE CUIDAR E EDUCAR NA VISÃO DAS PROFISSIONAIS
DO CMEI CELINA SALOMÉ**

Belo Horizonte
2025

Aline de Cássia Morais Silva

**PERCEPÇÕES SOBRE CUIDAR E EDUCAR NA VISÃO DAS PROFISSIONAIS
DO CMEI CELINA SALOMÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Múltiplas Linguagens em Educação Infantil, pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Sandro Vinicius Sales dos Santos

Belo Horizonte
2025

S586p
TCC

Silva, Aline de Cássia Morais, 1981-
Percepções sobre cuidar e educar na visão das profissionais do
CMEI Celina Salomé [manuscrito] / Aline de Cássia Morais Silva. -- Belo
Horizonte, 2025.
37 p. : il., color.

Monografia -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas
Gerais, Faculdade de Educação.
Orientador: Sandro Vinicius Sales dos Santos.
Bibliografia: f. 36-37.

1. Educação. 2. Educação de crianças. 3. Crianças -- Cuidados --
Aspectos educacionais. 4. Professores de educação pré-escolar --
Formação. 5. Itabirito (MG) -- Educação.
I. Título. II. Santos, Sandro Vinicius Sales dos, 1979-.
III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 372.21

ATA DE DEFESA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação em Docência para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO NONINGENTÉSIMO SEXAGÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA ÁREA DE CONCENTRAÇÃO MÚLTIPLAS LINGUAGENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Aos doze dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização Formação em Docência para a Educação Básica – com o título “**Percepções sobre Cuidar E Educar da Visão das Profissionais do Cmei Celina Saloméo.**” do(a) aluno(a) **Aline de Cássia Morais Silva**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Sandro Vinicius Sales dos Santos (orientador) e Camila Souza Petrovich. Os trabalhos iniciaram-se às 8h30, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 12 de julho de 2025.

Aluno(a) _____

Aline de Cássia Morais Silva
Aline de Cássia Morais Silva

Registro na UFMG: 2024693975

Sandro Vinicius Sales dos Santos
Prof. Dr. Sandro Vinicius Sales dos Santos
Orientador

Camila Souza Petrovich
Prof. Ms. Camila Souza Petrovich
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação em Docência para Educação Básica

DEDICATÓRIA

“Voa minha AVE”

Comungo um amor sem limites, fui agraciada por conhecer você e ser sua, sei que mora em mim, pois somos da mesma carne e para além disso, somos do mesmo Espírito, fomos uma na Terra e seremos uma em CRISTO, quando chegar o dia do nosso reencontro. Sinto a sua falta até pra respirar, sigo em frente, pois tenho uma fé que transcende a razão humana, vivo da alegria que JESUS entrega para todos que Dele são. Para quem acreditava que escreveria uma história para a vida inteira em parceria, trinta e oito anos foram apenas um piscar de olhos. Eu te amo! Agora e para além do entendimento...

Em memória do amor da minha vida – Alice de Cássia Morais Silva (13/06/1985 a 01/12/2023)

AGRADECIMENTOS

Esta jornada acadêmica foi repleta de desafios, aprendizados e, acima de tudo, pessoas que nos marcam profundamente. A cada etapa deste trabalho, fui amparada por mãos generosas, palavras encorajadoras e gestos de apoio que tornaram possível a concretização deste.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pois é Dele e por Ele todas as coisas.

Ao mestre e orientador Sandro Sales, pessoa sensível e doadora que ajustou minhas lentes e olhou para um potencial com compaixão e fé, acreditando em mim mesmo quando eu duvidava.

À minha família, sobrinhos, irmãs, mãe e pai, que sempre foi meu alicerce: pelo amor incondicional, pela paciência nos momentos difíceis e por me constituir e me tornar quem sou, fundida em vocês, Ivan, Bárbara e Pablo me torno Eu e sou para os outros.

Aos amigos e colegas que estiveram ao meu lado, oferecendo escuta, conselhos e incentivo nos momentos em que mais precisei. A presença de todas as minhas colegas de especialização tornou essa trajetória mais leve e significativa.

A todas essas pessoas, e a Prefeitura Municipal de Itabirito, minha mais sincera gratidão. Este trabalho carrega um pouco de cada um de vocês.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as percepções das profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Celina Salomé, em Itabirito (MG), sobre a indissociabilidade entre cuidar e educar nas práticas pedagógicas da educação infantil. A pesquisa parte da compreensão de que, historicamente, essas duas dimensões foram tratadas de forma separada, com o cuidado sendo muitas vezes reduzido a um aspecto assistencial. Contudo, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum Curricular apontam para a necessidade de integrar cuidado e educação no cotidiano institucional. O estudo foi desenvolvido com abordagem qualitativa, por meio de revisão teórica, elaboração e aplicação de questionário com profissionais do CMEI, incluindo gestoras, professoras e familiares. A análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados evidenciou que a maioria das profissionais do CMEI Celina Salomé possui uma compreensão alinhada aos princípios contemporâneos da educação infantil, reconhecendo a criança como sujeito ativo e produtor de cultura, bem como a indissociabilidade entre cuidar e educar. As respostas demonstraram avanço conceitual, indicando práticas pedagógicas que valorizam a escuta ativa, o respeito aos ritmos infantis e a centralidade do brincar. No entanto, também revelaram tensões, como a presença de concepções mais tradicionais e desafios relacionados às condições estruturais e à necessidade de formação continuada. Esses achados apontam para a importância da reflexão coletiva e do investimento contínuo na qualificação das práticas, contribuindo para o fortalecimento de uma cultura institucional comprometida com os direitos das crianças e com a efetivação de uma educação infantil de qualidade. Apesar dos avanços legais e pedagógicos, ainda persistem desafios na implementação efetiva da indissociabilidade entre o cuidar e educar, especialmente no que se refere ao reconhecimento das auxiliares e à necessidade de formação continuada para todos os envolvidos nessa dicotomia. Enfim o estudo evidencia que persistem desafios relacionados à formação continuada, à valorização dos profissionais — em especial das auxiliares de Educação Infantil — e à construção de uma cultura institucional que reconheça, de fato, o cuidar como ação educativa e o educar como ato que envolve afetividade, atenção e vínculo.

Palavras-chaves: Educação Infantil; Percepções; cuidar e educar; profissionais

ABSTRACT

This Final Paper aims to analyze the perceptions of the professionals at the Municipal Center for Early Childhood Education (CMEI) Celina Salomé, in Itabirito (MG), regarding the inseparability between caring and educating in the pedagogical practices of early childhood education. The research is based on the understanding that, historically, these two dimensions have been treated separately, with care often being reduced to an assistance aspect. However, the National Curriculum Guidelines and the National Common Curricular Base point to the need to integrate care and education into institutional daily life. The study was developed with a qualitative approach, through theoretical review, preparation, and application of a questionnaire with CMEI professionals, including managers, teachers, and families. The analysis of the data obtained through the applied questionnaires showed that most of the professionals at CMEI Celina Salomé have an understanding aligned with contemporary principles of early childhood education, recognizing the child as an active subject and producer of culture, as well as the inseparability between caring and educating. The answers demonstrated conceptual progress, indicating pedagogical practices that value active listening, respect for children's rhythms, and the centrality of play. However, they also revealed tensions, such as the presence of more traditional conceptions and challenges related to structural conditions and the need for continuing education. These findings point to the importance of collective reflection and continuous investment in the qualification of practices, contributing to the strengthening of an institutional culture committed to children's rights and the realization of quality early childhood education. Despite legal and pedagogical advances, challenges still persist in the effective implementation of the inseparability between caring and educating, especially regarding the recognition of assistants and the need for continuing education for all those involved in this dichotomy. Finally, the study highlights that challenges persist related to continuing education, the appreciation of professionals — especially Early Childhood Education assistants — and the construction of an institutional culture that effectively recognizes caring as an educational action and educating as an act that involves affection, attention, and bonding.

Keywords: Early Childhood Education; Perceptions; caring and educating; professionals

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Imagem 01 – Uma das primeiras turmas da APASC	18
Gráfico 1: Concepção de criança das profissionais.....	28
Gráfico 2: Concepção de infância das profissionais.....	28
Gráfico 3: Função social da Educação Infantil.....	29
Gráfico 4: Percepções sobre o cuidar.....	30
Gráfico 5: indissociabilidade entre cuidar e educar.....	30

LISTA DE SIGLAS E DESCRIÇÃO

APASC – Associação para o Sorriso da Criança

Instituição fundada em Itabirito, em 1978, com o objetivo de oferecer assistência a crianças de famílias de baixa renda, principalmente filhos de mães trabalhadoras. Inicialmente com caráter assistencialista, a APASC passou por um processo de integração à rede pública e atualmente funciona como um CMEI.

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

Documento normativo criado em 2017 que define os direitos de aprendizagem e desenvolvimento para todas as etapas da educação básica no Brasil, incluindo a educação infantil. Na BNCC, são estabelecidos seis direitos de aprendizagem e cinco campos de experiências fundamentais para o trabalho com crianças pequenas.

CMEI – Centro Municipal de Educação Infantil

Unidade educacional da rede pública voltada ao atendimento de crianças de 0 a 5 anos, com foco no desenvolvimento integral por meio das práticas de cuidar e educar. O TCC centra-se no CMEI Celina Salomé, de Itabirito.

Coepre – Coordenação de Pré-escolar

Estrutura criada em 1974 no Brasil, dentro do Ministério da Educação, para organizar e regulamentar a educação pré-escolar, sendo um marco na institucionalização da educação infantil como parte do sistema educacional.

DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

Conjunto de normas que orienta a organização pedagógica da educação infantil no Brasil, destacando a indissociabilidade entre cuidar e educar e reconhecendo a criança como sujeito de direitos.

DNCr – Departamento Nacional da Criança

Criado em 1940 durante o governo Vargas, foi responsável por coordenar políticas públicas voltadas à infância, com foco em assistência e saúde, antes da consolidação da educação infantil como direito educacional.

Laseb – Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação da Infância

Espaço formativo e de produção acadêmica da UFMG, que contribuiu com a base teórica e metodológica do curso de especialização no qual o TCC foi desenvolvido.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. REFERÊNCIALTEÓRICO	15
1.1 A Educação no Brasil	15
1.2. A Educação Infantil em Itabirito	21
1.3. Cuidar e educar	29
2. METODOLOGIA.....	29
3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	35
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
5. REFERÊNCIAS	39

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa os modos como um grupo de profissionais de educação infantil de Itabirito, Minas Gerais, compreende, no curso do próprio trabalho a indissociabilidade entre o cuidar e educar.

A Educação Infantil, hoje considerada primeira etapa da Educação Básica, vem ganhando crescente reconhecimento em sua relevância para o desenvolvimento integral da criança. Historicamente, essa fase foi marcada por uma dicotomia entre as funções de cuidar e educar, com a primeira muitas vezes sendo relegada a um papel assistencialista, em detrimento do aspecto pedagógico. Contudo, as atuais compreensões sobre a infância e as crianças na legislação educacional brasileira, como o que se verifica nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) de 2009 (Brasil, 2009), enfatizam a indissociabilidade dessas duas dimensões. Essa perspectiva aponta para a necessidade de que o cuidado seja permeado por intencionalidade educativa e que a educação ocorra por meio de interações e brincadeiras que contemplem as necessidades físicas, emocionais, sociais e cognitivas das crianças.

A busca por compreender as articulações entre o cuidado e a educação das crianças em Itabirito tem a ver com minha trajetória acadêmica e profissional, durante os anos em que atuei como professora em creches e pré-escolas da cidade de Itabirito.

O município de Itabirito está localizado na região Central do Estado de Minas Gerais, região chamada também de Zona Metalúrgica. Conta atualmente com 7160 alunos matriculados e distribuídos em 17 CMEIs e 12 escolas de Ensino Fundamental.

Sou cidadã itabiritense, mulher, brasileira, casada, negra, mãe de dois filhos, sendo uma menina e um menino. Atuante na sociedade local através do trabalho prestado como professora da Educação Infantil. Formei em pedagogia com ênfase na Educação Infantil e supervisão escolar, com conclusão no ano de 2005. Inicialmente, trabalhei como monitora de apoio aos vinte anos na escola Particular Mundo Encantado, onde descobri o tamanho do alcance e interferência do olhar de um adulto na construção social de uma criança dentro da instituição escolar. A partir desta descoberta, do poder que um professor tem de recuperar e direcionar vidas, vislumbrei

a profissão que exerceria pelo resto da vida: Professora de Educação Infantil. Seguindo no avanço da carreira, antes da formação, assumi uma turma na escola acima citada e ingresso posterior na escola ARCO ÍRIS, como professora e posteriormente como coordenadora, iniciei na Prefeitura Municipal de Itabirito em 2006, também como professora da Educação infantil. Em 2012, fundei a escola Começo de Vida, uma escola em tempo integral que visava educar para uma vida cristã, fraterna e empática que está atuante desde então. Na atuação na rede pública de Itabirito, fui docente no ensino fundamental 1 e na Educação Infantil, atualmente atuo como supervisora da educação infantil.

Em minha prática como profissional da educação infantil, sempre busquei fundamentar minhas ações, tendo como sustentação pensadores como Jean Piaget, Maria Montessori, Paulo Freire, Gandhi Piorski, Loris Malaguzzi, dentre outros. Hoje, ao término do curso, percebo que muitos desses pensadores fizeram uma revolução, pois a escola de Educação Infantil passa por um processo de identificação, conhecimento e reconhecimento. Por mais absurdo que pareça, essa etapa da Educação Básica, passou da visão assistencialista para a visão de uma etapa preparatória para a escolarização posterior e, mais recentemente é vista como direito das crianças. Tais visões historicamente construídas desconsideravam a especificidade da infância, do seu tempo e das suas vivências, desrespeitando as relações interpessoais, pessoais e subjetivas dos sujeitos criadores deste contexto e espaço, que são as próprias crianças. A educação infantil está se descobrindo, com as novas legislações e documentos formais que regem essa educação, em passos lentos e pequenos, estamos conhecendo o tempo da infância, o significado de criança e aprendendo com os pequenos o que e como devemos ensinar. Os desafios e as frustrações ainda são gigantes, principalmente, porque em meio de todas essas descobertas e ressignificados a inclusão urge e se faz fundamental nas reflexões e práticas educativas, então além de compreender um tempo e um ser cheio de especificidades, também é urgente e fundamental entender que o que é diferente e desafiante é parte do nosso normal. Ser formador na educação infantil e ser formado diariamente e diariamente impactar vidas.

Considero que ser supervisora dentro da instituição hoje é um desafio ímpar, cabe gerir todas as relações interpessoais que permeiam a escola, a comunidade e o município. Além de gerir pedagogicamente o trabalho e garantir o desenvolvimento

das habilidades propostas para as crianças, o trabalho cerceia toda a teia relacional, processual e administrativa.

As crianças e a infância estão em um ritmo frenético de transformação, vejo que a cada ano as crianças mudam brutalmente, os contextos, o mundo, a vida, as experiências, enfim o viver em geral, não nos dando tempo de entender um processo e já começando outro. Portanto, é deste lugar: pessoal, profissional e acadêmico que venho problematizando as articulações entre cuidar e educar como princípio fecundo da educação infantil.

A discussão sobre a integração entre cuidado e educação é central para a qualidade das práticas pedagógicas e para o desenvolvimento pleno dos pequenos, conforme discutido por autores como Silva e Luz (2019), que abordam as relações entre famílias e instituições na partilha dessas responsabilidades. Bitencourt e Silva (2019) também contribuem para esse debate ao analisar a construção da experiência de auxiliares de apoio na interação com bebês e professoras, evidenciando a complexidade do cuidar em contexto coletivo. Nunes, Corsino e Didonet (2011) reforçam a importância da Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica no Brasil, solidificando a compreensão de que as instituições não são apenas espaços de guarda, mas ambientes de aprendizagem e desenvolvimento. Apesar do avanço teórico e legal, a efetivação dessa indissociabilidade no cotidiano das instituições de Educação Infantil ainda representa um desafio, dependendo em grande parte da concepção e das práticas dos profissionais que atuam diretamente com as crianças.

Nesse contexto, esta pesquisa propõe-se a investigar como as profissionais do Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) Celina Salomé, situado em Itabirito concebem a indissociabilidade entre cuidado e educação no desenvolver das práticas pedagógicas cotidianas. Para tanto, o objetivo geral deste estudo é analisar como as profissionais de um Centro Municipal de Educação Infantil de Itabirito concebem a indissociabilidade entre cuidado e educação, no desenvolver das práticas pedagógicas cotidianas. Para alcançar esse objetivo, buscar-se-á, especificamente: i) compreender as concepções de criança e infância das profissionais; ii) analisar como as profissionais do CMEI compreendem a função social da educação infantil; e iii) identificar como, no cotidiano, o cuidar e o educar se articulam na prática dessas profissionais. Espera-se que esta investigação contribua para um aprofundamento das

discussões sobre a prática pedagógica na Educação Infantil, oferecendo insights valiosos para a formação continuada dos profissionais e para a qualificação do atendimento oferecido às crianças.

Este trabalho está organizado em quatro seções. Na próxima seção, apresento o referencial teórico. Na sequência, descrevo o plano de ação. Em seguida, discuto os principais resultados. Por último, são apresentadas considerações finais.

1. REFERENCIAL TEÓRICO

A história da Educação Infantil no Brasil, marcada por um percurso que vai do assistencialismo à consolidação de um direito social da criança, encontra paralelo direto na trajetória local da Educação Infantil no município de Itabirito, Minas Gerais. Ambas as realidades revelam, em escalas distintas, um processo de transformação que parte de práticas informais e assistenciais em direção à institucionalização da infância como etapa fundamental do desenvolvimento humano.

1.1. Educação infantil no Brasil

Segundo Vieira e Baptista (2023), a Educação Infantil no Brasil passou por profundas transformações, deixando de ser apenas assistencial para se consolidar como um direito social. As autoras defendem que “a Educação Infantil é o início de um percurso formativo em que as crianças têm direito à convivência, à ludicidade e à construção de saberes” (Vieira; Baptista, 2023).

Inicialmente os jardins de infância eram frequentados, exclusivamente, por crianças de famílias ricas, já as instituições conhecidas como creches, eram frequentadas por crianças em risco social, alta vulnerabilidade e de baixa renda.

Sendo organizadas por centros comunitários, organizações filantrópicas, e associações de bairros, apresentando um caráter informal e assistencialistas, ligado a práticas familiares e dedicado às mães trabalhadoras. Por isso, a formação dos profissionais envolvidos no manejo e cuidado com as crianças não era uma preocupação.

Segundo Nunes, Corsino e Didonet (2011), os primeiros jardins de infância surgiram no Brasil baseados no modelo europeu sendo que, em 1875, foi criado o primeiro jardim de infância no Rio de Janeiro, voltado para crianças da elite e as primeiras creches, apareceram no final do século XIX e início do século XX, para atendimento das classes baixas e mães que trabalhavam jornadas a partir de oito horas de trabalho.

Ainda segundo os autores, em 1922, o primeiro Congresso de Proteção à Infância recomendou a regulamentação da assistência à infância, destacando a necessidade de leis e políticas públicas para esse público específico (Nunes, Corsino e Didonet, 2011). Reforçando essa visão, de que a infância deveria ser assistida pelo Estado, No Congresso Nacional de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro em 1933, Anísio Teixeira já defendia que a educação da criança pequena deveria ir além da saúde física, promovendo habilidades mentais e sociais, funções atribuídas à educação.

O Departamento Nacional da Criança (DNCr), foi criado em 1940 pelo governo de Getúlio Vargas através do Decreto-Lei nº 2.024, publicado em 17 de fevereiro de 1940 (Vieira e Baptista, 2023). O DNCr foi estabelecido no âmbito do então Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930, com a finalidade de coordenar políticas para infância e adolescência. Quando aconteceu a separação desses ministérios e a saúde passou a ser competência de um ministério específico, o DNCR ficou com a assistência social.

Já em 1970, com a mobilização dos movimentos sociais, vinculados principalmente as mulheres trabalhadoras, que exigiam creches para seus filhos, surgiram os primeiros avanços. O tema Educação infantil, passou a ser tratado dentro da estrutura educacional em 1974, com a criação da Coordenação de Pré-escolar (Coepre).

Todo esse processo evolutivo contou com movimentos sociais, protestos pelo reconhecimento dessa etapa, construções jurídicas e mudanças na concepção sobre a criança, infância e Educação Infantil. Vieira e Baptista (2023, p.9) afirmam que:

A constituição de uma educação infantil de qualidade resulta, portando, de acordos, de consensos, e de pactos sobre como a sociedade compreende a infância, as crianças, a forma de educar e cuidar dos bebês e das crianças pequenas e ainda sobre qual deve ser o papel da família, do Estado, da escola e da comunidade no seu processo educativo.

A partir da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a Constituição Cidadã, houve uma valorização da importância e impacto da Educação infantil, reconhecendo essa etapa, como um direito da criança e dever do Estado, estabelecendo diretrizes para a sua promoção e desenvolvimento. Essa nova abordagem começou a ver as creches

não apenas como espaços de cuidado, mas também como ambientes educativos, essenciais para o desenvolvimento integral das crianças.

Em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente vem corroborar essa visão, assegurando proteção integral à infância, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 foi um marco importante, pois estabeleceu a educação infantil como a primeira etapa da educação básica, reconhecendo-a como um direito da criança e da família, enfatizando a necessidade de uma educação de qualidade; criou diretrizes para a formação de professores e a organização do ensino. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, de 1999; o Plano Nacional de Educação (PNE); e a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, de 2017, estabeleceram parâmetros pedagógicos essenciais para esta modalidade.

Com a BNCC (2017) a organização curricular voltada à infância ganhou força, e em caráter mandatório, estabeleceu os direitos de aprendizagem: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, articulados aos cinco campos de experiências: o eu, o outro e o nós; corpo, gesto e movimentos; traços, sons, cores e formas; escuta, fala, pensamento e imaginação; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações como base curricular para a experiência com os objetivos de aprendizagens. Nesse sentido, é urgente e necessário que as instituições abandonem as práticas assistencialistas e escolarizantes em favor de uma concepção que reconhece a criança como protagonista de seu desenvolvimento, preconizando o binômio indissociável “cuidar e educar” e as interações e brincadeiras como eixos estruturantes das práticas pedagógicas, valorizando a ludicidade, a interação com os pares e adultos, e a diversidade de experiências.

1.2. Educação infantil em Itabirito

A educação infantil em Itabirito teve início na rede particular a partir de 1963, com a fundação da Escola Infantil Menino Jesus, hoje chamada Escola Efigênia de Oliveira Batista. Na década de 1970, começaram a surgir iniciativas para ofertar a pré-escola na zona urbana pela rede municipal, ainda de forma improvisada, pois a legislação da época não tornava essa etapa obrigatória. Apesar disso, a rede estadual já oferecia a pré-escola na cidade.

Em dezoito de setembro de 1978, inaugurou a Associação para o Sorriso da Criança – APASC, uma das primeiras instituições da cidade voltadas ao atendimento de crianças pequenas, instalada provisoriamente nas dependências do hospital São Vicente de Paulo. Criada para atender principalmente filhos de mães trabalhadoras, a instituição assumiu um papel claramente assistencialista, assim como as primeiras creches brasileiras.

A ideia nasceu do idealismo do Médico Dr. Clênio Toledo e de sua esposa, logo outros colaboradores, pessoas engajadas com o desenvolvimento social da cidade e não menos idealistas, se juntaram ao casal, como os senhores Dr. Antônio Cunha e Silva, Dr. José Antônio Braga, Lincon Idelfonso Guimarães da Silva, Walter Melillo e Ataliba de Souza Reis.

A finalidade principal da associação era dar assistência às crianças em geral, sobretudo àqueles mais carentes, a fim de que as mães ou responsáveis por elas pudessem trabalhar fora de casa, atuando como substituta do papel materno para as crianças pobres e de mães trabalhadoras.

A Sociedade de São Vicente de Paulo (Vicentinos de Itabirito), doaram o terreno e com o valioso apoio da comunidade Itabiritense – Autoridades Municipais, Indústria, comércio, Igrejas, Clubes de serviços e do povo em geral, iniciou a construção da sede da instituição, a inauguração do prédio e instalações adequadas para creche, se deu no dia quinze de agosto de mil novecentos e oitenta e seis.

A instituição se responsabilizava por brincar (sem intencionalidade pedagógica) e cuidar das crianças e se mantinha com recursos próprios dos idealizadores e apoio da comunidade escolar em geral, as famílias contribuía com um valor simbólico para pagamento das contas básicas, água, luz, telefone, etc. As funcionárias e prestadores de serviços eram escolhidos pelo casal de fundadores e não havia critérios de formação em magistério ou pedagogia, prezavam por pessoas respeitáveis socialmente e de confiança dos diretores e apoiadores da instituição.

Relatos dos funcionários mais antigos contam que a creche era impreterivelmente para assistir as crianças de mães trabalhadoras, portanto, caso a mesma perdesse o emprego, dez dias depois, a família perdia a vaga na creche, e outra mãe da lista de espera era chamada.

Em 2004 a Associação vinculou uma parceria com a Prefeitura Municipal de Itabirito, e neste momento houveram mudanças na organização interna da instituição que se adequou aos modelos propostos pela legislação atual.

Os profissionais passaram a ser cedidos pela prefeitura de Itabirito, exigindo-se qualificação profissional e a instituição recebeu pela primeira vez, uma pedagoga, Jussara Malheiros, para orientar e implementar o trabalho pedagógico.

Através desta parceria houve um aumento no número de crianças atendidas e extinguiu-se o direito de permanência e vaga mediante a comprovação de vínculo empregatício da mãe ou responsável pela criança.



Imagem 01 – Uma das primeiras turmas da APASC (acervo pessoal da escola)

Com o tempo, acompanhando os avanços legais e pedagógicos promovidos no cenário nacional, a APASC também passou por um processo de reestruturação e integração à rede pública de ensino, até tornar-se um Centro Municipal de Educação Infantil, com atuação pedagógica regulamentada, segundo a Flávia Maria Silva Souza, superintendente II de Educação da Prefeitura Municipal de Itabirito, o processo de municipalização já está em andamento, apenas aguardando a resolução de algumas pendências jurídicas. A história da APASC revela empiricamente a mudança da concepção de infâncias, crianças, educação infantil, além do perfil do profissional e do objetivo/finalidade desse atendido.

A primeira pré-escola municipal da cidade foi o Pré-escolar Pequeno Cidadão, hoje conhecido como CMEI Pequeno Cidadão. Em 1990, foi construída a Escola Municipal José Ferreira Bastos, com turmas de pré-escola e anos iniciais do ensino fundamental. Em 2007, foi inaugurada a Escola Municipal Ana Amélia Queiróz, atendendo crianças de 4 e 5 anos na educação infantil, além do ensino fundamental até o 9º ano.

A partir dos anos 2000, a rede municipal passou a investir na compra de imóveis para creches e na construção de novas unidades. Atualmente, estão em execução obras de duas novas creches e duas escolas com atendimento desde a educação infantil até o 9º ano do ensino fundamental. Uma unidade com essa modalidade já foi inaugurada em 2024 CMEI – Vô Dote.

1.3. Cuidar e educar

Apesar de todo o avanço, a qualidade da educação infantil no Brasil e em Itabirito, ainda enfrenta muitos desafios para efetivar e garantir a concretização da qualidade propostas nos parâmetros e documentos oficiais que norteiam esse seguimento e a efetivação dos direitos da criança como pessoa potente dentro das instituições.

Para entender essa indissociabilidade precisamos considerar o papel da família e a necessidade de diálogo entre os diferentes atores envolvidos nas interações de cuidado e educação das crianças, reforçando a atuação da creche como espaço de complementaridade, respeito à diversidade e corresponsabilidade na educação, Luz e Silva (2013) defendem a construção dessa relação de parceria baseada, na escuta e no reconhecimento mútuo dos saberes. Elas afirmam que “é importante considerar a instituição de Educação Infantil como espaço que amplia as experiências da criança, mas que não substitui a família” (Luz; Silva, 2013, p. 3).

Não há uma hierarquia entre o cuidado da família e o da escola; ambos se complementam, compartilhando e sendo coparceiras no educar e cuidar. Contudo, Bitencourt e Silva (2019) defendem: “as relações entre as instituições de Educação Infantil e as famílias são marcadas por tensões que se apresentam com características distintas daquelas que ocorrem nos demais níveis da educação

básica”. Isso se dá devido à falta de clareza com relação aos papéis de cada lado dessa relação e aos ruídos na comunicação entre família e escola.

Por isso, a aproximação entre escola e família se torna fundamental para garantir o bem-estar e a aprendizagem das crianças. Tal relação, garante uma transição mais suave entre os diferentes contextos de vida da criança. As autoras, ainda citam Hirata e Guimarães, que afirmam:

que o trabalho de cuidar realizado em contexto institucional, ainda desafia as análises, por ser bastante tênue a fronteira entre o trabalho de cuidado remunerado e o trabalho de cuidado não remunerado. [...] “é ao mesmo tempo trabalho emocional e trabalho material, técnico”, que por consequência, envolve conceitos que de um lado, “parecem ser do domínio exclusivo das famílias”, como o amor, o afeto e as emoções e de outro lado, não antagônico, parecem ser “de domínio exclusivo das ‘cuidadoras’, das ‘acompanhantes’, das ‘auxiliares’ remuneradas”, sendo nele, também indissociáveis “postura ética, ação e interação” (Hirata, Guimarães, 2012, p. 3 - Marcação das autoras)

Percebemos então, a diferenciação entre o cuidar e educar que acontece dentro das instituições de educação infantil e fora dela, abrangendo esses conceitos e suas aplicabilidades. Sem desconsiderar ou hierarquizar o compartilhamento dessas ações vamos nos ater ao cuidar e educar que ocorre dentro da escola, fundamentada nas intencionalidades pedagógicas.

O cuidar e educar dentro das instituições de educação infantil acontece em espaços coletivos e as crianças são consideradas autoras e protagonistas do próprio desenvolvimento junto com seus pares e adultos. Nesse sentido, cabe aos profissionais da Educação Infantil proporcionarem um ambiente seguro e afetivo que favoreça o aprendizado e o desenvolvimento integral da criança.

O cuidado envolve aspectos físicos e emocionais, como alimentação, higiene e acolhimento, enquanto a educação está ligada à construção de conhecimentos, interações sociais, experiências sensoriais, respeitando os ritmos individuais – o que nos leva a crer que tais definições se articulam, se misturam e se complementam no cotidiano de trabalho com as crianças pequenas. No entanto, ambas as dimensões ocorrem simultaneamente. As DCNEI (Brasil, 2009), assim como a BNCC (Brasil, 2017), estabelecem que cuidar e educar são dimensões fundamentais, complementares e interdependentes na educação infantil.

Segundo Bitencourt e Silva (2019), a prática cotidiana revela como as interações entre a professora e a auxiliar de classe impactam diretamente nas rotinas dos bebês. Apesar de existir uma separação das funções para o exercício de trabalho de cada profissional, na prática isso se dissolve, visto que: “[...] a auxiliar vai além do que está previsto em suas atribuições [...] sendo a única adulta que permanece com os bebês durante todo o período, conhecendo-os profundamente” (Bitencourt; Silva, 2019, p. 15).

A auxiliar vai muito além das funções a ela atribuída, tendo sua autonomia limitada nas decisões das atividades pedagógicas por falta de qualificação profissional e não por falta de informação sobre a criança e seus processos, muitas vezes a professora recorre a auxiliar em busca de informação sobre as crianças, a auxiliar é a única adulta que passa o dia inteiro com a turma, tendo uma melhor compreensão com relação às vivências da criança em tempo integral, contrapondo a isso, essa profissional não tem nenhuma formação com relação ao cuidar e educar dentro de uma instituição de ensino. Além disso, as autoras apontam que: “a professora também auxilia nos cuidados, enquanto a auxiliar influencia as decisões pedagógicas, embora sem reconhecimento formal ou formação específica” (Bitencourt; Silva, 2019, p. 17).

Assim, na rotina institucional, simultaneamente ambas se auxiliam na promoção do cuidar e educar. A professora auxilia nos manejos de higiene, alimentação e cuidados em geral, mas tem um menor conhecimento sobre as crianças devido ao tempo reduzida que passa com elas, utilizando das considerações das auxiliares para realizar as mediações pedagógicas. O cuidar e o educar estão entrelaçados na rotina da turma.

Outra peculiaridade é a presença massiva de mulheres na Educação Infantil, principalmente de zero a três anos, segundo Moreira e Araújo (2021), a área educacional em geral é o setor que mais emprega mulher, isso se deve por uma construção histórica, socialmente difundida baseada em preconceitos e estereótipos de diferenças de gênero, onde o cuidar e educar é papel da mulher, como ela sempre fez em casa com os filhos. As autoras sustentam a hipótese de:

que essas maneiras, ou modos de ser mulher, de acordo com a categoria de gênero, seriam construídos historicamente, fazendo com que as próprias mulheres professoras da Educação Infantil vejam a predominância feminina como algo natural, ou até mesmo, o pensamento de que as mulheres possuem um “dom” de cuidar de crianças e, por isso, se encaixam melhor do que homens neste tipo de emprego.

Tal perspectiva reforça estereótipos e limita a valorização profissional da área, romper com essas concepções é essencial para o avanço e para a superação do estigma assistencialista que insiste em recair sobre a educação infantil, e principalmente sobre a creche.

Além dessas dificuldades, a BNCC enfrenta outros problemas de implementação, como, as lacunas na definição dos campos de experiência, limitações na formação docente, de demais colaboradores e da gestão escolar, dificuldades estruturais, ausência de metodologias claras, e falha no engajamento da comunidade e da família nesse processo.

Sobre as ambiguidades na definição dos "campos de experiência". Santos (2018) afirma que:

Um currículo por campos de experiência demanda a compreensão das crianças como agentes, isto é, como sujeitos capazes de indicar caminhos e enfrentar desafios. Nesse processo, compete ao/à docente uma difícil tarefa: reconhecer as potencialidades das crianças sem desconsiderar, no entanto, suas especificidades em termos de desenvolvimento.

O autor (baseado na teoria de Walter Benjamin e na sociologia da experiência de François Dubet), analisa como as ações e falas das crianças contribuem para a construção de um currículo por campos de experiências, centralizado nas vivências infantis dentro do processo Educativo, envolvendo construções ativas e cheias de significados para as crianças. Propõe que o currículo deve emergir das interações das crianças com seus pares e adultos, alinhando-se à ideia benjaminiana de que a experiência da criança é distinta da adulta e deve ser compreendida em seu próprio contexto, e que é necessário resgatar formas de aprendizagens que valorizem a infância, contrapondo-se a uma abordagem meramente escolarizante ou preparatória para a vida adulta.

Com relação à diferença entre a experiência infantil e a experiência do adulto, cabe dizer: "Enquanto o adulto descreve sua experiência, a criança se fundamenta na repetição típica da brincadeira e dos jogos" (Santos, 2015, p.07). O brincar aqui não é meramente imitar ou fazer de conta, é apropriar-se de hábitos e da cultura rotineira que constitui e é constituída pela criança, é na repetição lúdica de contextos e de experiências, através de jogos, brinquedos e brincadeiras, que a criança ressignifica e dá lugar ao conhecimento produzido. A valorização do brincar e da repetição pode

transformar a prática pedagógica, tornando-a mais sensível às especificidades da infância.

À medida que brinca a criança narra a sua visão sobre o mundo e simultaneamente percebe qual é a devolutiva dos pares ou adultos ao seu redor com relação às suas concepções e construções, estabelecendo para si, as adaptações e reconstruções necessárias.

Santos (2015), esclarece que Benjamin diferencia dois tipos de experiência infantil em sua obra: a experiência acumulada ao longo do tempo, compartilhada socialmente, ligada à memória coletiva e a experiência vivida de forma isolada, típica da modernidade e da fragmentação social. A teoria de Walter Benjamin contribui para uma compreensão mais ampla da infância e de sua relação com a experiência e com a continuidade dela, portanto para o autor nenhuma experiência começa em si ou se esgota nela mesma.

Uma experiência educativa de qualidade, exige a busca pela compreensão com relação aos “campos de experiências”. Santos (2018, p 5.) afirma que: “a definição de campos de experiência presente no documento ainda é muito incipiente, o que pode acarretar incompreensões por parte dos/as professores/as que atuam em creches e pré-escolas.” Consequentemente, passamos à outra lacuna, é essencial investir na formação docente para a correta interpretação e aplicação dessa proposta curricular na prática.

Diante desta complexibilidade apresentada, cabe uma reflexão sobre a necessidade de formação continuada para todos os responsáveis envolvidos na educação e cuidados com as crianças, e não somente para os professores. Pois, na prática institucional as funções dos profissionais se entrelaçam. Por isso, problematizamos: como os profissionais que atuam em Itabirito concebem o trabalho de cuidar e educar?

2. DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

O CMEI Celina Salomé de Oliveira, uma escola originada da junção de duas outras CMEI's (Branca de Neve e Pedacinho do Céu), está localizada à rua Belo Horizonte, 998, no bairro de Lourdes em Itabirito, Minas Gerais. O Prédio, planejado para ser um CMEI, teve seu início de construção em 2021 e a entrega do prédio aconteceu em abril de 2025, a escola é composta atualmente por 9 salas, sendo 1 maternal I, com 12 crianças; 2 maternais II, com 12 crianças em cada; 2 maternais III, com 13 crianças em cada; 2 primeiro períodos, com 18 crianças em cada e 2 segundo períodos, com 18 crianças em cada; além da sala da brinquedoteca, supervisão, direção e secretaria; dispõe de 1 cozinha, 1 refeitório para as crianças; 1 refeitório para os funcionários; um banheiro infantil masculino e outro feminino, com 4 pias, 4 sanitários e uma bancada de trocador em cada; 3 banheiros para adultos e 1 banheiro PCD.

A escola unificada passou a receber as crianças na nova sede em 31 de março de 2025, a solenidade da inauguração está marcada para o dia 04 de julho de 2025.

Para compreender as concepções das profissionais deste CMEI, sobre o trabalho de cuidar e educar na educação infantil, foi necessário realizar um plano de ação como forma de perceber, no próprio contexto de trabalho, como tais compreensões são construídas coletivamente. Assim, a pesquisa qualitativa serviu de base e inspiração para a realização do trabalho.

A pesquisa qualitativa é definida por sua vontade de compreensão aprofundada de explicação para os fenômenos sociais, explorando percepções, experiências e significados atribuídos pelos sujeitos pesquisados (Minayo, 2010). No contexto deste estudo, a abordagem qualitativa se mostrou importante, pois permitiu investigar o processo de produção da compreensão da importância do cuidar e educar para as profissionais do CMEI. A abordagem qualitativa permitiu compreender como essas profissionais concebem as experiências de cuidado e educação ofertadas pelas professoras às crianças, contribuindo para reflexões sobre a indissociabilidade entre cuidar e educar na Educação Infantil.

Assim, nosso plano de ação foi desenvolvido ao longo de 2024, tendo as seguintes fases:

Fase 1 – foram elaborados estudos teóricos, com o objetivo de compreender de modo mais aprofundado os conceitos de cuidar e educar e suas articulações com o campo de trabalho das profissionais de educação infantil. Essa etapa foi desenvolvida ao longo do curso e contou com os materiais didáticos das disciplinas do Laseb.

Fase 2 – depois de compreender melhor o paradigma da indissociabilidade entre cuidar e educar, bem como os princípios pressupostos e concepções estruturantes da educação infantil, foi necessário elaborar um questionário que permitisse dialogar com as profissionais do CMEI Celina Salomé evidenciando as compreensões delas sobre essa indissociabilidade. Esta etapa foi realizada no final do ano de 2024.

Embora os questionários sejam mais frequentemente associados à pesquisa quantitativa, consideramos que eles podem ter sido úteis na pesquisa qualitativa. A relevância dos questionários na pesquisa qualitativa reside em seu potencial como ferramenta útil para coletar informações, triagem de participantes, contextualização e sondagem de percepções (Bastos et al, 2023). Eles podem ser um ponto de partida valioso, mas apresentam limitações, pois podem não apresentar profundidade e riqueza na coleta de dados qualitativos, como as entrevistas e a observação participante. Ainda assim, para fins deste estudo, os questionários nos permitiram compreender as percepções das profissionais do CMEI Celina Salomé sobre o trabalho de cuidar e educar, foco deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Para Bastos et al (2023), um questionário é um conjunto de perguntas com uma sequência lógica, usado para medir ou descrever variáveis e circunstâncias em uma pesquisa científica. Historicamente, questionários têm sido a opção predominante para a coleta de dados, mas nas últimas décadas houve uma diminuição nas taxas de resposta e um aumento no uso de questionários online impulsionado pelo desenvolvimento tecnológico e a utilização da internet.

Fase 3 – Foi aplicado o questionário junto às profissionais do CMEI Celina Salomé de Oliveira e à equipe da gestão da secretaria de Educação. Este questionário continha oito questões, sendo, sete fechadas (múltipla escolha) e uma aberta. Um questionário também foi aplicado às famílias das crianças atendidas na instituição, onde continha, 7 questões, sendo, uma fechada (múltipla escolha) e seis abertas. O questionário foi aplicado no primeiro semestre de 2025.

Fase 4 – constitui-se de análise das respostas ao questionário. Buscou-se reunir as repostas dos profissionais da instituição de educação infantil, como forma de apresentá-los neste Trabalho de conclusão de curso. O que será discutido na seção a seguir.

3. ANÁLISE DOS DADOS

As respostas ao questionário revelaram uma compreensão consistente sobre os princípios contemporâneos da educação infantil, em especial, os modos como a equipe de profissionais do CMEI Celina Salomé.

3.1 Caracterização dos participantes

Responderam ao questionário vinte e seis profissionais do CMEI Celina Salomé de Oliveira. Todos/as são servidores/as públicos/as efetivos/as com mais de cinco anos de experiência. Destes, uma é servidora da equipe gestora, doze são professoras e treze são auxiliares de educação básica.

Ao questionário aplicada a gestão em toda a rede municipal de ensino, oito servidores responderam, sendo uma coordenadora da educação infantil (cargo comissionado) e sete supervisoras/analistas de Educação Básica, servidores efetivos com mais de cinco anos de experiência.

Dos profissionais entrevistados, 7,7% ainda acreditam que as crianças são tábuas rasas, sem nenhum conhecimento e, portanto, devem ser preparadas na educação infantil para a inserção no ensino fundamental, 26,9% concebem a criança como um ser inocente, incapaz de construir saberes, sendo necessário apenas ensiná-los e oferecer cuidados básicos, 65,4% consideram a criança como um ser ativo, inserido na cultura e produtor de cultura desde o nascimento, o que está em consonância com autores como Sarmiento (2005) e Oliveira (2002).

Gráfico 1: Concepção de criança das profissionais

Em sua opinião a criança é:

26 respostas



Fonte: arquivos da pesquisa.

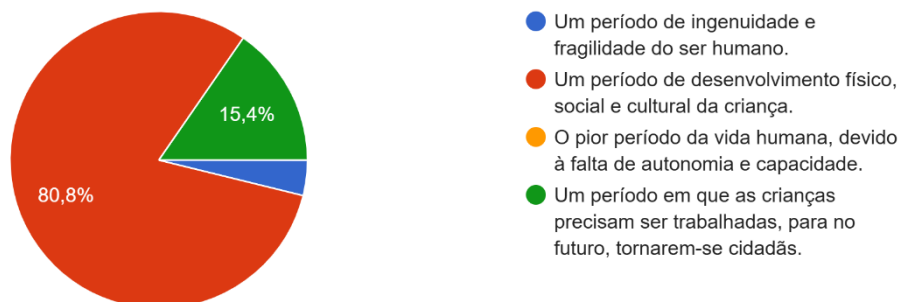
A equipe gestora, porém foi unânime com 100% das respostas em conformidade com a legislação atual.

A grande maioria dos participantes do CMEI e 100% da gestão municipal, compreendem a infância como um período de desenvolvimento físico, emocional e social, com modos próprios de ser, reafirmando a visão de infância como categoria social e histórica. Porém, 15,4% acreditam no tempo da infância como preparatório para o futuro e uma minoria de 3,8% concebem esse período como um tempo de inocência, sem força e potencial.

Gráfico 2: Concepção de infância das profissionais

Em sua visão a infância compreende:

26 respostas



Fonte: arquivos da pesquisa.

Com relação ao reconhecimento da educação infantil como a primeira etapa da educação básica, com a função de cuidar e educar de forma integrada,

conforme proposto pela BNCC (2017) e defendido por Kramer (2007), 80,5% do CMEI e 100% da equipe de gestão, validam essa concepção. Apenas um percentual de 15,4% considera a educação infantil uma etapa preparatória para o ensino fundamental.

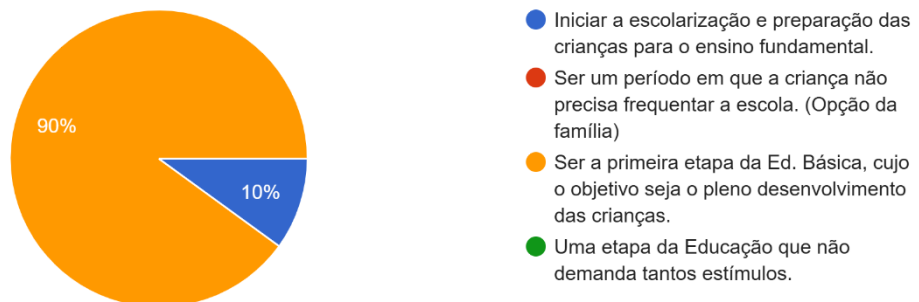
Em ambas as pesquisas as definições de cuidar e educar mostram uma percepção unificada: cuidar é parte do educar, envolvendo aspectos físicos, emocionais e cognitivos, enquanto educar é promover o desenvolvimento integral da criança em uma relação de indissociabilidade dessas duas ações.

Também foi possível compreender a percepção que as profissionais do CMEI Celina Salomé possuem sobre a função social da Educação Infantil. A maioria das respondentes afirmou que considera a educação infantil como a primeira etapa da educação básica. Conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 3: Função social da Educação Infantil

A Educação Infantil, em sua visão, deve:

30 respostas



Fonte: arquivos da pesquisa.

Outro dado relevante diz respeito à percepção da equipe quanto à relação entre o cuidado e a educação no cotidiano institucional, 84,6% dos participantes indicaram que essa relação ocorre simultaneamente, reconhecendo que o cuidar e o educar são dimensões interdependentes da prática educativa, a gestão municipal corrobora em 100% com essa percepção. Esse entendimento está em consonância com os princípios norteadores da educação infantil contemporânea,

conforme estabelecido pela BNCC (2017), que reconhece o cuidado como uma prática educativa e a educação como um processo que também envolve afetividade, atenção e proteção.

Gráfico 4: Percepções sobre o cuidar

Na sua percepção, nas instituições de educação infantil, CUIDAR significa:

30 respostas



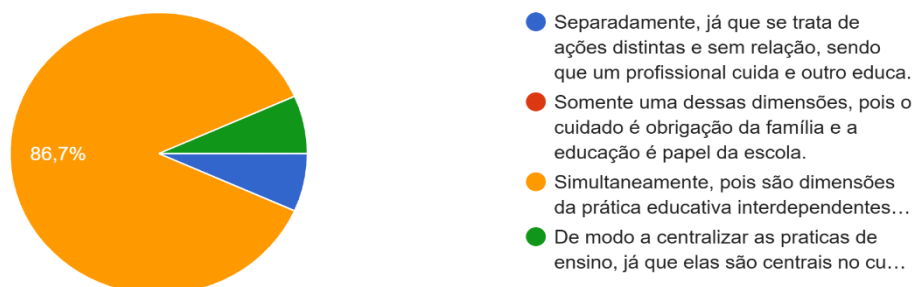
Fonte: arquivos da pesquisa.

Apenas 7,7% das respostas da equipe apontam uma visão separada entre as ações de cuidar e educar, e outros 7,7% afirmam que tais práticas devem centralizar-se no ensino, o que indica ainda a presença de compreensões distintas entre os sujeitos respondentes, revelando possíveis influências de concepções pedagógicas tradicionais. Essa diversidade de respostas reforça a importância da formação continuada e da reflexão coletiva sobre as práticas no CMEI.

Gráfico 5: indissociabilidade entre cuidar e educar

No contexto do CMEI Celina Salomé, a relação entre o cuidado e a educação ocorre:

30 respostas



Fonte: arquivos da pesquisa.

Por fim segue a análise do último conjunto de gráficos, que permite analisar a forma como as experiências educativas são organizadas. No CMEI Celina Salomé, a maioria expressiva dos participantes, 73,1%, afirmou que o planejamento das experiências parte das observações feitas sobre as crianças, respeitando seus interesses e necessidades, e permitindo que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Esse dado revela uma concepção de prática pedagógica baseada na escuta ativa, no protagonismo infantil e na indissociabilidade entre os processos de cuidado e educação, em consonância com os documentos normativos e com a pedagogia da infância defendida por autores como Oliveira (2002) e Rinaldi (2003).

Gráfico 6: Modos de organização do trabalho

Ainda pensando em sua atuação no CMEI Celina Salomé, a experiência educativa é organizada de modo que:
30 respostas



Fonte: arquivos da pesquisa.

Em contrapartida, a gestão escolar municipal, apesar da mesma alternativa também ter sido a mais votada, o percentual foi ainda mais alto: 75%. Contudo, Apenas 25% indicaram uma organização que privilegia conteúdos escolares planejados por faixa etária, o que pode refletir uma concepção ainda mais tradicional de educação infantil, mas sem grandes desvios para práticas centralizadoras ou heterônomas. Já no CMEI Celina Salomé, ainda que a maioria tenha apontado práticas centradas na observação das crianças, houve também 11,5% que indicaram planejamento desvinculado das idades e 15,4% que apontaram privilégio aos conteúdos escolares. Essa diversidade aponta que, embora a cultura pedagógica da instituição esteja voltada para práticas mais contemporâneas e sensíveis às especificidades da infância, ainda há tensões e resquícios de concepções mais tradicionais, que demandam aprofundamento coletivo em formação continuada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou as percepções das profissionais que atuam no CMEI Celina Salomé, em Itabirito, Minas Gerais, sobre a indissociabilidade entre o cuidar e o educar. A partir de um estudo de caráter qualitativo, no qual nos fundamentamos nos pressupostos da área da educação infantil, buscamos analisar as percepções que fundamentam o trabalho coletivo naquela instituição.

O trabalho se tornou possível a partir da elaboração e execução de um plano de ação que buscou, por meio de aplicação de um questionário, analisar como as profissionais concebem o trabalho de cuidar e educar na instituição investigada e como tais concepções têm fundamentado as ações pedagógicas do grupo.

As respostas mostram alta convergência em torno de concepções modernas de infância, cuidar e educar, demonstrando avanço na compreensão teórica da indissociabilidade entre cuidar e educar. A menção à escuta ativa e ao respeito aos ritmos infantis remete à pedagogia da escuta (Rinaldi, 2003). Por outro lado, as falas que apontam para a necessidade de mais brinquedos ou ênfase na disciplina revelam desafios estruturais e formativos ainda presentes na realidade da instituição.

A análise dos dados aponta que as profissionais do CMEI Celina Salomé demonstram uma compreensão geral alinhada aos princípios da educação infantil contemporânea, reconhecendo a importância da articulação entre cuidado e educação. As respostas revelam uma base conceitual consolidada.

Constatou-se que, na rotina institucional, o cuidar e o educar ocorrem de maneira indissociável, como preconiza a legislação. Contudo, no cotidiano e nas atribuições assumidas pelas equipes docentes e de apoio, essas ações ainda são tratadas como funções separadas e hierarquizadas. O fazer pedagógico, embora permeado por avanços teóricos, caminha de forma lenta e fragmentada rumo à efetivação plena dos princípios que regem a Educação Infantil. O estudo evidencia que persistem desafios relacionados à formação continuada, à valorização dos profissionais e à construção de uma cultura institucional que reconheça, de fato, o cuidar como ação educativa e o educar como ato que envolve afetividade, atenção e vínculo.

Esses dados contribuem para um diagnóstico mais realista da educação infantil na instituição pesquisada, indicando caminhos para reflexões coletivas e formações que visem aprimorar a prática educativa, buscando a consolidação de concepções e práticas alinhadas às diretrizes nacionais, tal desafio, encontra obstáculos práticos e pedagógicos ainda em processo de superação.

A realização deste estudo possibilitou contribuições de diferentes ordens. A primeira delas, compreende o fato de que, a análise das percepções do grupo de profissionais do CMEI Celina Salomé pode orientar o grupo na construção/reconstrução coletiva do Projeto Político Pedagógico da escola, já que evidencia os modos como aquelas profissionais sentem, organizam e realizam o trabalho cotidiano com as crianças.

No âmbito do município, o trabalho fornece indicativos de como os coletivos de profissionais das escolas de educação infantil de Itabirito podem, juntos, propor formas de conceber, coletivamente, o trabalho de cuidar e educar crianças nas instituições que formam a primeira etapa da educação básica. Esse exercício permite o planejamento de ações, bem como a avaliação do trabalho coletivamente realizado pela escola.

Em especial, para mim, a realização do estudo permitiu compreender melhor os pontos de aproximação e os distanciamentos nas formas como eu, e parte das profissionais com as quais convivi no CMEI Celina Salomé realizamos o trabalho de cuidar e educar as crianças desde bebês. Isso se mostra um movimento capaz não só de aproximar nossas práticas, mas nos transformar de algum modo.

Ao final do estudo, prevalece o reconhecimento de que é fundamental a construção de uma proposta político pedagógica para o CMEI, bem como um sistema de ensino para o município, que hoje se submete a superintendência regional de ensino de Ouro Preto e a construção de um currículo municipal que contemple a legislação brasileira e as especificidades educacionais de Itabirito.

3. REFERENCIAS

APASC – CMEI APASC, Centro Municipal de Educação Infantil, Projeto Político Pedagógico, Itabirito

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; et al. O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023.

BITENCOURT, Laís Caroline Andrade; SILVA, Isabel de Oliveira e. O cuidado e educação das (os) bebês em contexto coletivo: a construção da experiência da auxiliar de apoio à educação infantil na interação com bebês e professoras. **Zero-a-Seis**, v. 19, n. 36, p. 379-396, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192 Acesso em 3 abr. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1/1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 13 abr de 1999.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 5/2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 18 dez de 2009.

GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (org.). **Cuidado e Cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Atlas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, p. 621-626, 2012.

MOREIRA, Mariana Carvalho; ARAÚJO, Ludmilla Carneiro. Reflexões sobre gênero: o que dizem as professoras da educação infantil? *Revista Científica UNIFAGOC – Caderno Multidisciplinar*, v. 6, n. 1, 2021.

NUNES, Maria Fernanda Rezende, CORSINO, Patrícia e DIDONET, Vital - **Educação infantil no Brasil: primeira etapa da educação básica**. – Brasília : UNESCO, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica, Fundação Orsa, 2011. 102 p.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. **Currículo da Educação Infantil – Considerações a Partir das Experiências das Crianças**. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.34, e188125, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698188125>.

SANTOS, Sandro Vinicius Sales dos. **Walter Benjamin e a experiência infantil: contribuições para a educação infantil**. Pro-Posições, v.26, n.2, p. 223-239, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-7307201507711>.

SILVA, Isabel de Oliveira; LUZ, Iza Rodrigues da. Relações entre famílias e instituições de educação infantil: o compartilhamento do cuidado e educação das crianças. **Eccos Revista Científica**, n. 50, 2019.

VIEIRA, Livia Fraga e Baptista, Mônica Correia - **Educação infantil**. – São Paulo: contexto, 2023 (Coleção Educação na Universidade)